



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 7/2020

----- Aos dezassete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, através de videoconferência, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Luís Filipe Santana Dias, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Quando eram dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião realizada por videoconferência, considerando as medidas de prevenção decorrentes da declaração de estado de emergência. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foram colocadas à discussão e votação as atas n.º 5/2020 referente à reunião ordinária de 13 de março e ata n.º 6/2020 referente à reunião de 23 de março. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 5/2020, por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 6 votos a favor (6 presenças). -----

----- Aprovada a ata n.º 6/2020, por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 7 votos a favor (7 presenças). -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: três milhões setecentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e dois

euros e vinte e cinco cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **NOTA INFORMATIVA DA DGAL | LEI N.º 1-A/2020, DE 19 DE MARÇO | REALIZAÇÃO DE REUNIÕES DOS ÓRGÃOS E APROVAÇÃO DE CONTAS** -----

----- **ATUALIZAÇÃO PARA 2020 DA TAXA DE RECURSOS HÍDRICOS | TRH** -----

----- **PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO ALZHEIMER PORTUGAL – GABINETE PSICOSSOCIAL – AUTORIZAÇÃO DE DESPESA ANUAL** -----

----- **SUSPENSÃO DE PAGAMENTO DE RENDAS DO BAR DO CINETEATRO E DO BAR DA RODOVIÁRIA** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e fez uma breve intervenção sobre os mesmos. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES**-----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Reportou-se à renovação do Estado de Emergência até ao dia 2 de maio, já com um aliviar de medidas para que a vida de todos possa retomar ao normal, se é que isso mais alguma vez será possível, dado que os receios vão persistir, sendo uma situação que não vai passar facilmente. Considerou que o País se tem portado muito bem, os Portugueses e as Portuguesas perceberam a dimensão do problema e cooperaram da melhor forma, apesar de haver muitos infetados, também houve mortes, mas se for feita a comparação com outros Países, a curva da pandemia parece estar a ficar plana, opinando que a atuação do Governo, e de todas as entidades que participaram na estratégia de contenção da pandemia, têm feito um bom trabalho. Considerou que se está no caminho certo, esperando que “todos juntos consigamos ultrapassar esta situação”.-----

----- Relativamente a Rio Maior, e como já afirmara anteriormente, disponibilizou-se mais uma vez para colaborar no que for necessário, referindo que no concelho se está a conseguir bem ter uma contenção que permite a todos estar orgulhosos do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. -----

----- Seguidamente reportou-se ao início do ensino à distância para todos os alunos, referindo que o mesmo tem muitos constrangimentos, apesar de, de uma forma geral, todos se terem adaptado muito bem e questionou o ponto da situação sobre o apoio dado aos alunos que não tinham os instrumentos necessários para acederem a esta nova forma de ensino, nomeadamente se a Câmara conseguiu dar esse apoio a todos os aqueles que necessitavam para poderem estar na escola.-----

----- Relativamente aos equipamentos de proteção individual referiu que algumas autarquias têm distribuído os mesmos pela população, questionando se o Executivo está a planear alguma estratégia similar para o concelho de Rio Maior, dado que, após o levantamento do Estado de Emergência, e segundo orientação OMS, continuará a ser necessário haver algumas medidas de proteção.-----

----- Finalizou a intervenção questionando, no âmbito da retoma da economia, que provavelmente irá ser feita de forma faseada, se o Executivo já tem alguma estratégia planeada ou vai aguardar as orientações do Governo.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção para falar dos impactos económicos e sociais provocados pelo Covid-19 ao nível do concelho de Rio Maior, dado que no âmbito deste quadro de emergência nacional e questionou se já havia números oficiais disponíveis e que possam ser partilhados, relativamente ao número de empresas que estão em lay-off e ainda se já é possível estimar o impacto do desemprego no município, assim como quantificar a redução do número de negócios das empresas. Questionou também se já havia dados disponíveis sobre o aumento dos pedidos de apoio alimentar e social e também os dados sobre violência doméstica, para assim haver uma noção mais concreta do que está a acontecer a nível concelhio.-----

----- Quanto à área da Educação deu os parabéns ao Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva por ter sido selecionado para a realização das gravações da RTP para o “Estudo em casa” designação adotada para esta modalidade de ensino e pelo trabalho que estão a desenvolver neste âmbito, que não é mais do que o reconhecimento do valor intrínseco do projeto educativo da escola, concretizando com eficácia o objetivo de terminar o ano letivo em curso, com o máximo de estabilidade. Elogiou toda a comunidade educativa, alunos, professores, encarregados de educação, técnicos especializados e assistentes operacionais. Ainda sobre esta matéria e numa lógica municipal de reforço daquilo que tem sido uma preocupação da sua parte no sentido de alertar a Câmara Municipal para esta oportunidade de reforço de produção de conteúdos, de reforço da área editorial e produção cultural, preservação da memória e disponibilização de todos esses elementos “online”, considerando que o momento que se está a viver vem demonstrar que os meios informáticos permitem uma aproximação de toda a comunidade educativa.-----

----- Continuou a intervenção com uma palavra de elogio para a área social, GNR,

Misericórdias, IPSS's e outras Associações que têm vindo a trabalhar com um grupo etário crítico e sensível e que muito foi atingido por este vírus. Agradeceu o trabalho desenvolvido pelas equipas técnicas, referindo que quando se regressar à dita normalidade, esta área tem de merecer da parte das Câmaras Municipais, do Estado e da Direção Geral de Saúde um plano e uma atenção muito especial, questionando se a Câmara Municipal vai desenvolver algum plano de orientação municipal para gestão da emergência dos Lares, porque o regresso à normalidade terá de passar por uma gestão muito criteriosa do seu funcionamento.-----

----- Ainda no uso da palavra reportou-se a uma troca de opinião verificada nas redes sociais sobre a publicitação pelas Câmaras Municipais dos dados relativos à Covid-19, considerando que poderá haver efeitos colaterais na informação que é divulgada. Opinou que as Câmaras Municipais enquanto autoridades máximas, nos seus territórios têm de ter acesso a essa informação, sendo no entanto da máxima importância salvaguardar a privacidade das pessoas e considerou que deve haver equilíbrio na gestão da informação disponibilizada.-----

----- Referiu-se também ao comércio tradicional de proximidade opinando que a Câmara Municipal deverá ter uma postura muito ativa, sugerindo que analise a possibilidade de, num determinado horizonte temporal, isentar o comércio de restauração e bebidas do pagamento de taxas de ocupação do espaço público, publicidade e outras porque é um apoio que a Câmara Municipal poderá dar e que será fundamental para que essas empresas possam garantir liquidez e tesouraria para o seu funcionamento nos próximos tempos, uma decisão que restabeleceria a confiança e incentivava os pequenos empresários a retomar a sua atividade.-----

----- Ainda sobre o regresso à normalidade questionou o Executivo se já havia um plano distrital ao nível da CIMLT, ou mesmo ao nível do Centro de Saúde de Rio Maior para a disponibilização de testes e material de proteção para as escolas e empresas. Também questionou se o Executivo dispunha de informação sobre a disponibilização de máscaras sociais para as farmácias.-----

----- Continuou a intervenção referindo que se aproximam as férias de Verão e recordou que o Primeiro Ministro Português aconselhou que as férias fossem em território nacional por uma questão de prevenção e saúde, mas também como forma de ajudar o turismo e a hotelaria, o que remete de imediato para a dimensão do turismo interno, opinando que Rio Maior tem uma grande oferta de turismo do espaço rural e de natureza, com o PNSAC, assim como gastronómico, cultural e desportivo, sugerindo que a Câmara Municipal possa desenvolver uma campanha de *marketing*

territorial e de promoção dos seus principais produtos incentivando as pessoas a fazer férias em território nacional, promovendo o turismo interno dado que Rio Maior tem uma grande oferta de turismo.-----

----- Ainda a este propósito referiu-se à empresa Desmor que está sem atividade e questionou o que irá acontecer no próximo Verão dado que muita da sua atividade passava por equipas e atletas internacionais o que não vai acontecer nos próximos tempos porque as deslocações internacionais vão estar muito condicionadas e só se poderá contar com o turismo interno. A este propósito e porque o próximo Verão vai ser atípico, sugeriu a possibilidade de abrir a Desmor ao turismo nacional e disponibilizar as instalações para alojamento, criando um programa de turismo desportivo de natureza, tendo como base a Desmor para que o espaço seja reativado, permitindo assim que os trabalhadores tenham atividade, aproveitando esta situação como forma de divulgar o concelho e a Escola Superior de Desporto.-----

----- Terminou a intervenção solicitando ao Executivo para não esquecer as prioridades e os projetos de futuro para o desenvolvimento de Rio Maior.-----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção para se reportar a toda a situação provocado pelo Covid-19 e dado que já se fala numa “luzinha ao fundo do túnel” opinou que deve ser essa esperança que a todos deve dar alento. Congratulou-se por pertencer a um “País de gente valente”, que, num curto espaço de tempo, teve a capacidade de se adaptar a uma nova realidade, mudando hábitos, costumes, negócios e formas de trabalhar. Assim deixou uma palavra de reconhecimento ao Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva e também à Vereadora Ana Figueiredo por pertencer ao grupo de docentes que vão garantir a continuidade do ensino através da Telescola e naturalmente deixar na sua pessoa uma palavra de reconhecimento a todos aqueles que estão a fazer um grande esforço para se adaptarem a esta nova realidade.-----

----- Também uma palavra de reconhecimento para os vendedores do Mercado Municipal que colaboraram de forma ímpar e exemplar com a Câmara Municipal, cumprindo todas as novas regras exigidas para aqueles espaços, apesar de, por vezes, partilharam os seus medos.-----

----- Para terminar reportou-se ao pós Covid-19 e informou que a partir da próxima 2ª. Feira o Serviço Municipal de Turismo irá reunir por vídeo conferência com todos os agentes de turismo para se perceber o impacto que esta pandemia teve nas suas atividades e sobretudo para começar a planear o futuro a fim de se reverter e

minimizar o impacto da pandemia nesta área. Salientou que o Turismo é um dos sectores que terá de ser reinventado e Rio Maior tem todos os argumentos para estar na linha da frente de um Turismo que se perspetiva sustentável, longe da massificação dos grandes destinos turísticos e que dê primazia ao contacto com a natureza. Disse ainda que não se trata de mudar o plano de ação que tem sido seguido, trata-se sim de o adaptar a uma nova realidade que irá acontecer.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por agradecer as sugestões dadas pelo Vereador Daniel Pinto e quanto ao número de trabalhadores que estão em lay off no concelho de Rio Maior informou que ainda não foram disponibilizados os dados de março. Deu também conhecimento que o Centro de Negócios está a fazer um excelente trabalho de informação e apoio às muitas empresas de Rio Maior que têm recorrido ao Centro de Negócios para solicitarem informação e mesmo o contacto de Entidades do Estado de forma a ajudá-los a ultrapassar este momento difícil.-----

----- Sobre a empresa Desmor informou que a situação está a ser estudada com algum cuidado porque não pode ser esquecido que estão na Desmor profissionais de saúde e está uma ala preparada para apoio ao Covid-19, mas já se está a equacionar a reabertura a breve trecho. Disse ainda que terá de haver algum cuidado para a abertura sustentada da empresa dado o momento difícil que os empresários estão a viver e também para que esta não faça concorrência ao setor privado, daí terem de ser equacionados todos os aspetos.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a intervenção referindo que na sua opinião “era completamente falso” que se possa regressar à normalidade a curto prazo. Considerou que se irá correr riscos graves, se se entender estar já na fase de recuperação desta pandemia, dado que ainda há um aumento de casos em praticamente todos os concelhos do País, situação que muito o preocupa, apesar de não estar na fase mais ascendente da curva, mas daí a ser interpretado que se está na fase de recuperação e numa fase pós Covid-19, pessoalmente não o considerava assim. Salientou que tinha, quer pessoal, quer institucionalmente, muitas reservas quanto ao aliviar de medidas, o que poderá potenciar uma segunda vaga pior do que a primeira. Apesar de Portugal ser um País que se adaptou com relativa facilidade às medidas para contenção da pandemia, o que fez com que o rácio de infetados seja muitíssimo mais baixo do que em Espanha, Itália ou até França, por outro lado reflete o problema da pouca imunização da

população e uma maior suscetibilidade a uma segunda vaga de Covid-19, que na sua opinião poderá ser pior que a atual, caso se avance para um alívio de medidas e um voltar à normalidade de uma forma mais rápida do que é aconselhado. Referiu também que este vírus tinha dois aspetos gravíssimos, nomeadamente, ser facilmente transmissível e em muitos dos casos ser silencioso, sendo que os casos assintomáticos são os mais perigosos na sua transmissão, daí considerar que libertar as medidas de forma rápida poderá prejudicar ainda mais o País.-----

----- Ainda no uso da palavra informou a Vereadora Vera Simões que aguarda quais as medidas que o Governo irá anunciar para retomar a atividade municipal o que acontecerá segundo essas diretrizes. -----

----- Ainda a propósito das intervenções dos Vereadores Vera Simões e Daniel Pinto não poderia deixar de referir a falta de capacidade de resposta dos organismos governamentais àquilo que são as necessidades que esta pandemia provocou, dando o exemplo do ensino à distância que necessita de determinados meios tecnológicos, o que, na sua opinião, deveria ser uma prerrogativa governamental, ou seja, antes de implementar a medida, deveria saber se existiam ou não condições para a sua concretização, mas também neste ponto, são as autarquias que se substituem ao Governo de forma a equipar as escolas e dar condições aos alunos para assistirem às aulas. Referiu que, apesar de ser este o caminho, entendia que não se podiam definir políticas que influenciam diretamente a vida de outros organismos, como municípios e escolas, sem saber se haveria condições para tal.-----

----- Salientou também que a Câmara Municipal de Rio Maior já tinha diverso equipamento informático adstrito às escolas, o qual está a ser cedido aos alunos para que estes possam trabalhar em casa. O Executivo, em conjunto com a CIMLT, também está a estudar a possibilidade de reforçar a aquisição de mais material e um maior acesso à net, o que tem um custo muito elevado por aluno, cerca de trinta euros, custos estes difíceis de suportar para qualquer município, se não tiver apoio. Aditou que o Executivo já tem um levantamento exaustivo de todas as necessidades de equipamento informático e acessos net de todas as escolas do concelho, dados estes já fornecidos à CIMLT que está a tentar encontrar uma solução junto do Governo, para se apresentar uma candidatura para este fim, processo este que não será tão célere como se pretendia. Aditou ainda, e para que se perceba a dimensão do problema, que o primeiro levantamento da Comunidade Intermunicipal aponta para a necessidade de quatro mil computadores para a área da Lezíria.-----

----- Continuou a intervenção referindo-se ao material de proteção individual e deu

conhecimento que o município de Rio Maior tem fornecido material para a Saúde e para os Lares, instituições a que o Governo deveria assegurar esse fornecimento, referindo que se nos lares e nas escolas percebia que assim fosse, já quanto à área da Saúde não conseguia perceber que fosse o município a fornecer esse material e deu o exemplo de uma médica do Centro de Saúde que o contactou a pedir ajuda porque só tinha material de proteção para três dias, sendo que daí a dois dias entrava em funcionamento o espaço de apoio ao Covi-19, o que, na sua opinião, era uma situação demasiado grave para “passar em claro”. Disse também que apesar de todas as dificuldades existentes no mercado o município conseguiu fornecer aos bombeiros e profissionais de saúde, fatos, máscaras, batas, toucas e luvas, o que os “nossos governantes “não conseguiram, situação que o deixava frustrado, enquanto português.-----

----- Disse ainda que nunca colocaria sequer a hipótese de o município de Rio Maior poder ser “uma não ajuda” numa situação desta gravidade, no entanto opinou que no final desta pandemia, já numa fase de recuperação, terá de haver uma reflexão sobre quais foram os organismos que tiveram um papel decisivo na proteção dos seus agentes, e se o fizerem perceberão que foram os municípios do País que asseguraram para as suas instalações e para os seus profissionais, equipamentos de proteção para poderem trabalhar e lembrou mais uma vez o caso que já referira de uma médica do Centro de Saúde.-----

----- Quanto aos impactos económicos e sociais da pandemia referiu que daria a palavra à Vereadora Leonor Fragoso para informar quais os apoios que foram dados a este nível, no entanto, lamentou que “gente no conforto dos seus lares e sem sentimentos” goste de fazer publicidade com o trabalho alheio e que estando em quarentena se queira vangloriar de um trabalho que não é seu. -----

----- Ainda sobre o trabalho desenvolvido pelas escolas de Rio Maior, parabenizou o Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro, por ser o coordenador deste trabalho, aproveitando para deixar um elogio e um agradecimento sentido à Vereadora Ana Figueiredo, por aceitar o desafio de fazer parte desta equipa, expondo a sua imagem e o seu trabalho de uma forma diferente, assim como a todos os outros professores, agradecendo também a toda a comunidade escolar.-----

----- Aditou e sobre o “Estudo em casa”, a política escolar que está a ser seguida e que tem o apoio direto da autarquia, desde o primeiro momento, que existem técnicos do município a dar apoio diário na produção de conteúdos destinados a este estudo. Deu também conhecimento que já acordara com o Diretor do Agrupamento fazer a

divulgação institucional do trabalho desenvolvido, bem como fazer um agradecimento público a todos os profissionais envolvidos, para que todos fiquem esclarecidos do bem que Rio Maior está a fazer ao País. Terminou este assunto dando os parabéns, mais uma vez, a toda a comunidade escolar que aceitou este desafio e também à Vereadora Leonor Fragoso que tem feito a articulação deste trabalho de uma forma muito prática, versátil e eficaz, desejando que o terceiro período escolar corra bem para todos os alunos.-----

----- Ainda no uso da palavra e reportando-se às residências para idosos deu conhecimento que todos os lares do concelho estão a ser acompanhados pelo município, tendo o Executivo já reunido com as respetivas Direções onde foi feito o levantamento das condições existentes. Também solicitaram que fossem enviados os respetivos Planos de Contingência para serem avaliados pela Proteção Civil Municipal, o que já se efetivou. Aditou que os referidos lares têm equipamentos fornecidos pela autarquia para todos os trabalhadores e congratulou-se pelo facto de não haver nenhum caso positivo de Covid-19 nos lares do concelho. Informou que as instalações da Desmor estão a albergar profissionais de saúde e também está a preparar uma das várias alas para poder receber infetados ou pessoas que tenham que sair dos seus lares porque houve alguém infetado, situação que espera que não aconteça. Disse ainda que os lares não têm nenhuma dificuldade acrescida comparativamente à situação que tinham antes da pandemia dado que continuam a trabalhar, embora todos saibam que são instituições que já não vivem tão desafogadamente como antes, daí o Executivo estar atento à situação.-----

----- Sobre a divulgação dos dados relativos ao Covid-19 informou o Vereador Daniel Pinto que a Câmara Municipal tem tido o cuidado de divulgar os dados com muita clareza e sem possibilidade de várias interpretações, assim com tem tido o cuidado de nunca divulgar dados pessoais que possam identificar as pessoas, apenas dando conhecimento da freguesia sexo e idade. Opinou que as comunidades devem estar devidamente informadas dado a imensa desinformação existente nas redes sociais e deu o exemplo de uma situação passado no município do Cartaxo. Informou também que a regra seguida pelo município passa pela comunicação da situação pelo Delegado de Saúde ao Presidente da Câmara, e este, por sua vez, só a disponibilizará à Vereadora da área social quando se torna necessário prestar apoio social aos respetivos agregados familiares.-----

----- Relativamente à isenção de taxas informou que esta matéria já está a ser devidamente analisada e irá haver uma devolução de receita, dado que são taxas

pagas no início do ano.-----

----- Terminou a intervenção para informar que, contrariamente ao que dissera na última reunião, não se realizam testes ao Covid-19 no Centro de Saúde de Rio Maior, sendo apenas feita uma primeira triagem e o posterior encaminhamento para o laboratório de todas as pessoas que devem fazer o referido teste.-----

----- Agradeceu ainda ao Vereador Miguel Santos o trabalho desenvolvido junto dos operadores turísticos, fazendo o ponto da situação. Disse que esta retoma vai acontecer de uma forma muito gradual, mas se todos trabalharem conjuntamente, tudo será mais fácil.-----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para informar que em termos de ajuda alimentar às famílias carenciadas a lista inicialmente contemplava setenta pessoas, atualmente contempla noventa e quatro jovens riomaiorenses a quem são fornecidas refeições diariamente, almoço e lanche reforçado.-----

----- Em termos de violência doméstica deu conhecimento que não se verificou ainda aumento das situações no concelho, contudo o município dispõem do atendimento da APAV e esse atendimento tem sido um recurso, mas não se tem verificado novas denúncias ou mobilização de vítimas, apenas tem sido dado o apoio e os esclarecimentos solicitados. -----

----- Relativamente ao reforço da produção de conteúdos informou que já foi lançado o serviço “drive” da Biblioteca, que permite procurar os livros disponíveis sem ter que se deslocar àquele espaço. Informou que também na área da Educação foi lançado um plano para que os pais possam descarregar uma série de atividades muito interessantes para apoiarem os filhos.-----

----- Sobre as questões sociais informou que os Serviços têm constatado várias situações em que grupos ou indivíduos em seu próprio nome e assim mantendo o anonimato, se juntaram para que se possa apoiar famílias que estão em dificuldade, ressaltando ser um apoio de extrema importância, porque quando se proporciona um apoio em géneros isso tem muito valor, agradecendo reconhecidamente a quem o tem feito.-----

----- Terminou a intervenção reportando-se aos Equipamentos de Proteção Individual e referiu que tem sido feito um contacto direto, destacando o bom relacionamento existente com os médicos e enfermeiros do Centro de Saúde. Referiu os muitos constrangimentos verificados porque os utentes estavam habituados a um Centro de

Saúde aberto e disponível sempre que precisavam e dado que o atendimento telefónico é mais difícil, estas questões foram ultrapassadas e solucionadas recorrendo ao email, sendo que os médicos respondiam de imediato, assim como as enfermeiras, o que destacava e agradecia.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Voltou a intervir apenas para informar, quanto à distribuição de máscaras pela população concelhia, que nesta fase considerava técnica e politicamente desaconselhável fazer o que, por exemplo, o município de Mafra fez, porque a nível nacional ainda há falta de equipamento de proteção individual, para os que estão na linha da frente, como Bombeiros, Cruz Vermelha, enfermeiros e médicos, por muito que se diga o contrário. Referiu também que esse material de proteção poderá causar uma falsa sensação de segurança, assim como o seu mau manuseamento é um problema a ter em conta. Opinou que a questão da distribuição deste material deverá ser muito bem ponderada e aditou que, no pós isolamento, esta questão terá uma importância extrema, opinando que os organismos públicos devem fornecer à sua população máscaras para que na retoma da dita normalidade não aconteça uma escalada no número de casos Covid-19. Assim, informou que o município está a trabalhar nesse sentido e prepara uma encomenda de cerca de vinte mil máscaras, para uma primeira fase, no entanto não poderá garantir esse fornecimento continuamente. Também o mercado terá de ser regulado para que todos os cidadãos tenham acesso ao material a um preço acessível, dado que os preços têm estado inflacionados.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 30/2020, DE 31 DE MARÇO – APROVAÇÃO DE MEDIDAS EXCEPCIONAIS PARA PAGAMENTOS DAS FATURAS DE SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 30/2020 datado de 31 de março, pelo qual se determinou: a) A prorrogação do prazo de pagamento voluntário relativo às faturas dos serviços de apoio à família (Fornecimento de Refeições e Atividades de Animação e Apoio à Família), emitidas e/ou a emitir nos meses de fevereiro, março e abril de 2020, podendo o pagamento ser efetuado até ao próximo dia 30 de junho, através dos habituais meios eletrónicos de pagamento; b) que esta medida, a ser necessário, possa ser revista a qualquer momento, mediante deliberação da Câmara Municipal. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO N.º 31/2020, DE 31 DE MARÇO - SUSPENSÃO DE PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO TEMPOS BRILHANTES | AEC** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 31/2020 datado de 31 de março, pelo qual se determinou a suspensão do protocolo celebrado com a Associação Tempos Brilhantes, aprovado por deliberação em reunião de Câmara de 23 de agosto de 2019, com o objetivo de implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), no 1º ciclo do ensino Básico no ano letivo 2019/2020, até que se mantenha a situação.. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO N.º 34/2020, DE 8 DE ABRIL – SUSPENSÃO DE CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS EM MATÉRIA DAS COMPETÊNCIAS DA EDUCAÇÃO** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho n.º 34/2020 datado de 8 de abril, pelo qual se determinou, por motivo de força maior e ao abrigo da alínea a) do artigo nº 297º do Código dos Contratos Públicos: a) Suspender o fornecimento dos contratos celebrados com a **Rodoviária do Tejo, S. A.**, referente a Lote 1 – Circuitos Especiais Escolares, Lote 2 – Visitas de Estudo e Lote 3 – Transporte no âmbito do programa pedagógico; com **Horácio Barreiro - Frutas, Lda.** para aquisição de frutas, produtos hortícolas e bananas para o ano letivo 2019-2020; e com **A. Marques, Lda.** para aquisição de fornecimento de Leite Escolar; b) que esta suspensão vigore pelo período necessário para o seu restabelecimento, nos termos que legalmente vierem a ser determinados . -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO II – PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES | CONSUMOS FATURADOS NOS PROCESSAMENTOS DE DEZEMBRO/2019 E JANEIRO/2020 | REGISTO N.º 3181/2020** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o pagamento

relativo aos processamentos de dezembro /2019 e janeiro /2020, no valor total de 159,76€ em 8 (oito) prestações mensais. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO III – ANULAÇÃO DE FATURAS/RECIBO N.º 020/25 E N.º 020/24 DE 16/3/2020 | OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO | REGISTO N.º 889/2020** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação em apreço e ao abrigo do artigo 48.º da NCI (Norma de Controlo Interno), autorizar a anulação das faturas |recibo n.º 020/24 e 020/21, de 16/3/2020, ambas no valor de 26,25 €, através da emissão de notas de crédito. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV – ANULAÇÃO DE FATURA/RECIBO N.º 015/75, DE 21 DE FEVEREIRO | TASQUINHAS 2020 | REGISTO N.º 1840/2020** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação em apreço e ao abrigo do artigo 48.º da NCI (Norma de Controlo Interno), autorizar a anulação da Fatura |Recibo n.º 015/75 de 21 de fevereiro, através da emissão de uma nota de crédito. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO V – ANULAÇÃO DE FATURA/RECIBO N.º 020/19, DE 28/2/2020 | PUBLICIDADE EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | REGISTO N.º 3330/2020** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações e pareceres emitidos, o deferimento do pedido, bem como, a anulação da fatura n.º 020/19, de 28/02/2020, no valor de 120,00 €; a anulação da licença de publicidade n.º 202056, relativa ao reboque com a matrícula L-177694; e a emissão de nova fatura, com referencia multibanco, no valor de 100,00 €, relativa às restantes licenças. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI – EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DA VILLA ROMANA" – SUBSTITUIÇÃO DE CAUÇÃO POR APÓLICE SEGURO CAUÇÃO | REGISTO N.º 2942/2020** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a substituição da caução, depositada na Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 33.984,33 (trinta e três mil novecentos e oitenta e quatro euros e trinta e três cêntimos), na conta bancária n.º 0696 031451 050, pela Apólice de Seguro de Caução, n.º 4.232.549, emitida em 27 de março de 2020, pela Atradius Crédito y Caución, no valor de € 33.984,34 (trinta e três mil novecentos e oitenta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos), e autorizar a utilização de um precatório-cheque existente no Serviço da UPGF, caso a empresa "Construbel – Engenharia, Lda.", ainda não tenha entregue um precatório-cheque por preencher. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII – ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE REFEIÇÕES – REGISTO N.º 1772/2020** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a isenção do pagamento das refeições, consumidas pela criança referenciada, com efeitos a 1 de abril e até que a situação possa ser regularizada pela Segurança Social. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Sobre o presente assunto informou haver famílias que estão em processo de legalização e que por não terem toda a documentação necessária também não conseguem aceder aos pedidos e ter os apoios, contudo considerando a pandemia e dado que o Executivo tem de agir, foi entendimento, em articulação com a Segurança Social, que quando se verifica que o agregado familiar está desprotegido, se deve proceder a este tipo de apoio e não deixar crianças e famílias com fome.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII – AUTORIZAÇÃO PARA TRANSMISSÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE E SUBSTITUIÇÃO DE FIM OU FINS ASSINALADOS DO LOTE 24 DA ZONA INDUSTRIAL DE RIO MAIOR | REGISTO N.º 3177/2020** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é que seja dado o

consentimento para a transmissão do direito de superfície sobre o lote 24 da Zona Industrial de Rio Maior, a favor do “Banco Comercial Português, S.A.”, que, após a perfeição do contrato de locação financeira, o cederá obrigatoriamente ao locatário “Electro Albino, Lda.”, ficando tanto o locatário como o locador obrigados, em qualquer circunstância, ao cumprimento do Regulamento de Utilização e Distribuição, bem como ao Regulamento de Ocupação dos lotes da Zona Industrial, assim como consentimento para a substituição do fim ou fins assinalados ao direito de superfície, nos termos do n.º 2 do artigo 5º do anexo I ao Regulamento de utilização e distribuição de lotes na Zona Industrial de Rio Maior, passando este a destinar-se à atividade de montagem de instalações elétricas e respetiva prestação de serviços.. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IX – PERÍODO DE CANDIDATURA PARA ATRIBUIÇÃO DE NOVAS DAS BOLSAS DE ESTUDO | ENSINO SUPERIOR | ANO LETIVO 2019/2020 | REGISTO N.º 1845/2020** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, no âmbito do previsto no Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo para os/as Alunos/as do Ensino Superior, e com base nos fundamentos expostos, que o período de candidaturas para novas atribuições decorra entre os dias 21 de abril a 8 de maio, nos termos do n.º 1 do artigo 7º do Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo para Alunos/as do Ensino Superior; e que, de acordo com o n.º 2 do artigo 10º do referido Regulamento, a Comissão de Análise inicie os procedimentos de apreciação das candidaturas rececionadas no prazo limite de 10 dias úteis, findo o prazo do período de candidaturas definido na alínea anterior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Sobre o ponto em discussão informou que a Câmara Municipal mobilizou o apoio das Juntas de Freguesia para agilizar todo o processo e para que enviassem informaticamente alguns dos comprovativos em falta, o que já se verificou, estando agora todo o processo devidamente instruído para se receber as candidaturas -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 17 DE ABRIL DE 2020

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e cinco minutos, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____